

COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DOS ALUNOS DE PEDAGOGIA: necessidade e busca de informações sobre estágio não obrigatório

Teresinha Pereira da Rocha

RESUMO: O estágio não obrigatório é uma atividade que faz parte da formação profissional de muitos alunos que optam por ingressar no mercado de trabalho ainda durante sua formação acadêmica. Este artigo teve como objetivo analisar o comportamento informacional dos alunos de Pedagogia presencial, evidenciando as necessidades de informação sobre o estágio não obrigatório e as fontes de busca utilizadas. Trata-se de uma pesquisa descritiva, de natureza quantitativa e qualitativa, tendo a coleta de dados sido feita por questionário aplicado aos alunos que participaram de estágio não obrigatório. A análise do material foi por estatística descritiva, com posterior análise dos dados levantados, a partir do modelo de comportamento informacional Sense-Making de Dervin (DERVIN; NILAN, 1986). Constatou-se que as lacunas de informação, em sua maioria, concentram-se no desconhecimento dos papéis dos orientadores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, dos supervisores no campo de estágio e das atividades pertinentes aos estagiários. As estratégias para suprir as lacunas, consideradas mais eficientes foram os colegas e a coordenação do curso. Os resultados apontam a importância de fortalecer um canal de informações institucional com os alunos para esclarecimentos sobre o tema.

Teresinha Pereira da Rocha

teresinha.rocha@hotmail.com

<http://lattes.cnpq.br/0363468387952682>

Pedagoga no Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação e do Conhecimento pela UFRN. Especialista em Gerenciamento Estratégico de Recursos Humanos (1999) pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU). Graduada em Pedagogia (1988) pela Universidade São Marcos (UNIMARCO).

Submetido em: 15/09/2017

Publicado em: 15/12/2017

PALAVRAS-CHAVE: Necessidade de informação. Busca de informação. Estágio não obrigatório. Pedagogia.

1 INTRODUÇÃO

O estudante de graduação está em processo de formação profissional. Muitos são jovens que nunca tiveram experiência no mercado de trabalho e o estágio surge como oportunidade de ingressar no universo da profissão escolhida. Mas, estágio e emprego são situações com objetivos distintos, regulados formalmente por legislações específicas. Como os estudantes, em sua maioria, desconhecem as normas oficiais que regem a relação de estágio, eles terão necessidades de informações sobre seus direitos, seus deveres, o papel das partes envolvidas, quer seja da instituição concedente, da instituição de ensino e do

próprio estagiário, entre outros aspectos essenciais para obtenção de bons resultados com a realização do estágio. No caso do estágio não obrigatório, a iniciativa de realizá-lo é opcional ao aluno. Quando faz essa escolha, o estudante se vê diante de novas necessidades de informações, que irão mobilizá-lo no intuito de supri-las.

A coordenação do curso de Pedagogia presencial da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) é responsável pelo controle e acompanhamento dos estágios não obrigatórios dos alunos de Pedagogia presencial. O fato de ter relações de trabalho com essa coordenação permitiu à pesquisadora observar situações relacionadas ao estágio não obrigatório, provocadas por falta de informação dos estagiários, que poderiam ser evitadas e que muitas vezes criam constrangimentos entre as partes envolvidas. Essa situação suscitou seu interesse em compreender as necessidades informacionais dos alunos e de contribuir com a qualidade das fontes de informação oferecidas a eles.

Há poucos trabalhos sobre estágio, sobretudo sobre estágio não obrigatório, indicando um campo de investigação e de publicação de estudos importante para a Ciência da Informação. Para a coordenação do curso, o conhecimento das necessidades de informações e as fontes de busca dos alunos possibilitará refletir sobre estratégias para oferecer produtos e serviços informacionais nos meios institucionais, baseados na legislação, aumentando a autonomia dos alunos e reduzindo as lacunas informacionais, iniciativa que poderá não se limitar somente a essa coordenação de curso. O melhor preparo dos alunos poderá reforçar uma boa imagem do estagiário da UFRN, aumentando as oportunidades oferecidas pelas instituições concedentes, consequência de melhor relação entre as partes.

Diante do exposto, emerge o problema que orienta este estudo: Quais são as necessidades de informação dos alunos do estágio não obrigatório e quais as fontes utilizadas para obter tais informações? Em razão disso, o artigo tem como objetivo analisar o comportamento informacional dos alunos de Pedagogia presencial, evidenciando as necessidades de informação sobre o estágio não obrigatório e as fontes de busca utilizadas. Para isso, propõe-se a identificar as dúvidas dos alunos sobre o estágio não obrigatório e apontar as fontes utilizadas por eles na busca de informações que necessitam.

2 COMPORTAMENTO INFORMACIONAL

A origem dos estudos sobre Ciência da Informação data dos primeiros anos do século XX, porém, seu incremento se deu na segunda metade do século e significativamente nas últimas

décadas, quando o estudo do usuário tornou-se protagonista das pesquisas (TERUEL, 2005).

A Ciência da Informação se preocupa com o ciclo informacional: origem, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação (GARCIA, 2007; SILVA, 2012), com três áreas de estudos, de acordo com o Dicionário Eletrônico de Terminologia em Ciência da Informação - DeltCI: gestão da informação, organização e representação da informação e comportamento informacional (UNIVERSIDADE DO PORTO, 2014). Este estudo se limita ao eixo do comportamento informacional.

Até os anos 1980, os estudos de usuários eram realizados com objetivos de conhecer as necessidades dos usuários para atendê-las nas bibliotecas ou centros de informação, como confirma Figueiredo (1994, p. 7): “Estudos de usuários são investigações que se fazem para saber o que os indivíduos precisam em termos de informação, ou então, para saber se as necessidades de informação por parte dos usuários de uma biblioteca ou de um centro de informação estão sendo satisfeitas de maneira adequada”.

Nessa abordagem tradicional, a preocupação era o controle do que foi utilizado na biblioteca, bem como os sistemas de informação, com estudos quantitativos voltados a características sociodemográficas. O usuário era visto como processador da informação (OLIVEIRA, 2013). No entanto, segundo Silva e Ribeiro (2011, p. 449),

a partir de meados do século XX, as condições sociais, econômicas, culturais e, sobretudo, tecnológicas vieram acentuar a crise que o paradigma tradicional já vinha manifestando, pondo em causa os seus fundamentos essenciais e gerando as condições que possibilitaram a emergência de um novo paradigma, que designamos por pós-custodial, científico e informacional.

Assim, a partir dos anos de 1980 e 1990, muitas pesquisas ampliam o estudo do usuário, tendo o autor Wilson (1981) contribuído de forma expressiva nesse sentido. Explicam Gasque e Costa (2010, p. 22):

Wilson (1999), no entanto, após várias análises sobre o tópico [necessidades de informação], amplia significativamente a ideia, salientando que o tema pode ser compreendido de maneira mais abrangente. Para tanto, deve-se inseri-lo no campo do comportamento humano e denominá-lo ‘comportamento informacional’. Esse tipo de ação refere-se às atividades de busca, uso e transferência de informação nas quais uma pessoa se engaja quando identifica as próprias necessidades de informação.

Essa nova abordagem, conhecida como abordagem da percepção ou abordagem alternativa, considera "[...] que a informação só tem sentido quando integrada a algum contexto. Ela é um dado incompleto, ao qual o indivíduo atribui um sentido a partir da intervenção de seus esquemas interiores" (FERREIRA, 1995, p. 9). O comportamento informacional passa a ser definido como o modo de ser, ou de reagir, de uma pessoa ou de um grupo, numa determinada situação e contexto, impulsionado por necessidades de informação, de acordo com o DeltCI. A percepção da ausência de conhecimento do usuário passa a ser uma variável mais importante para explicar seu comportamento informacional do que as variáveis sociodemográficas (ARAÚJO, 2014).

Os usuários se envolvem em um processo de busca a partir de uma necessidade de informação, com objetivo de encontrar respostas às suas perguntas (WILSON, 1981; FERREIRA, 1995; GASQUE; COSTA, 2010). Muitos autores utilizam o termo lacuna para a ausência de conhecimento, a exemplo de Araújo (2014, p. 62)

Uma vez que se verifica uma falta, uma ausência de determinada informação, inicia-se o processo de busca de informação – aí entra a informação, como aquilo capaz de preencher uma lacuna, satisfazer uma ausência. Tal perspectiva permite compreender a informação inclusive numa lógica cumulativa, na medida em que novas informações se somam às anteriores no mapa mental dos indivíduos.

O processo de busca de informação é uma "[...] sucessão de etapas pelas quais um indivíduo passa desde que tem uma carência informativa [...]" (TERUEL, 2005, p. 67, tradução nossa). Muitos estudos têm sido feitos no sentido de identificar essas etapas do processo de busca de informação. Os estudos das etapas dão origem aos modelos de comportamento informacional. Segundo Oliveira (2013, p. 50), "[...] um modelo tenta descrever as atividades de busca da informação, as causas e consequências desta atividade, assim como as relações entre os elementos do comportamento de busca da informação." A autora indica que "os modelos de comportamento informacional são importantes guias para a investigação dos vários fatores que influenciam o comportamento do usuário em relação à informação, sendo que eles apontam uma possível sequência de ações relacionadas à busca e uso da informação".

Dentre os modelos de comportamento informacional, este trabalho destacará o modelo Sense-Making de Dervin (DERVIN; NILAN, 1986), por ser o adotado neste estudo.

2.1 MODELO DE COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DE DERVIN: sense-making

O modelo denominado Sense-Making é resultado dos estudos de Dervin, publicado em 1983, embasado em teorias sobre cognição e psicologia (FERREIRA, 1995), e tem sido utilizado para descrever necessidades e usos de informação em diversas áreas, inclusive na Educação.

Nesse modelo, a realidade não é completa, o contexto se constitui de descontinuidades, denominadas lacunas ou *gaps* (GARCIA, 2007) que interrompem a trajetória do indivíduo. Ferreira (1995, p. 51) explica que “quando não tem dúvidas ou indecisões quanto as suas necessidades, os indivíduos se movem continuamente em direção aos seus objetivos. Entretanto, lacunas aparecem frequentemente.” Nesse ponto, é necessário buscar estratégias para resolver essas lacunas, transpondo os vazios existentes (FERREIRA, 1995; GARCIA, 2007).

Esse processo constrói uma ponte para atravessar a lacuna entre a situação em que o sentido interno do indivíduo se esgotou até a situação em que o indivíduo cria um novo sentido (DERVIN; NILAN, 1986). O modelo, que estabelece a metáfora de situação-lacuna-uso, é descrito por Teruel (2005, p. 105, tradução nossa) da seguinte forma:

[...] existe uma *situação*, no tempo e no espaço, que define o contexto em que surgem os problemas de informação; uma lacuna (*gap*) ou descontinuidade que identifica a diferença entre a situação contextual e a situação desejada e, por último, alguns *usos* nos quais o indivíduo tenha criado novamente um sentido.

Conforme aponta Ferreira (1995, p. 54)

O modelo Sense-Making permite a cada pessoa representar sua própria realidade. Na verdade, a teoria Sense-Making é um processo humano criativo de compreensão do mundo em um ponto particular no tempo e espaço, limitado pela capacidade psicológica e, ainda, dos acontecimentos presentes, passados e futuros de cada indivíduo. Focaliza um ponto no tempo em que a informação é necessária.

O ponto no tempo em que a informação é necessária é representada neste estudo pelo momento da decisão do estudante em realizar o estágio não obrigatório.

3 ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O sistema educacional brasileiro, da educação básica ao ensino superior, público ou privado, é regulamentado pela Lei 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, a

LDB, de 20 de dezembro de 1996. A LDB prevê o estágio supervisionado como um dos fundamentos na formação de professores, descrito no artigo 61, parágrafo único, inciso II: "II - associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço" (BRASIL, 1996, p. 1).

O estabelecimento de procedimentos específicos para a realização do estágio supervisionado, bem como a definição de responsabilidades entre as partes envolvidas na relação de estágio, quer seja Instituição de ensino, instituição concedente, agente de integração ou aluno, estão detalhados na Lei 11.788 de 2008, a Lei do Estágio, que define o estágio da seguinte maneira: "Art. 1º O estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam freqüentando o ensino regular em instituições de educação [...]" (BRASIL, 2008, p. 1).

A Lei 11.788/2008 classificou estágio supervisionado em duas modalidades: obrigatório e não obrigatório, atribuindo a ambos os mesmos direitos e deveres, exceto ao referir-se à obrigatoriedade de pagamento de bolsa e auxílio-transporte ao aluno estagiário por parte da instituição concedente do estágio não obrigatório: "Art. 12. O estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório" (BRASIL, 2008, p. 1).

3.1 ESTÁGIO SUPERVISIONADO NÃO OBRIGATÓRIO

Ao longo da formação acadêmica, será opção do estudante a participação em atividades de estágio supervisionado não obrigatório, comumente denominado estágio remunerado. Esta atividade, embora deva estar relacionada com o projeto pedagógico do curso, não está incluída, como item específico, no histórico formal, apesar de sua importância na formação docente, como aponta Pimenta (2011, p. 21),

Diferentemente do exercício profissional de outros profissionais, como, por exemplo, os médicos dos quais se exige que tenham cumprido um estágio curricular e um estágio profissional entendidos como componentes da fase de formação, o exercício profissional de professores no Brasil, desde suas origens, requer o cumprimento apenas do estágio curricular.

Com a vigência da Lei 11.788/2008, tornou-se necessário, também para o estágio não obrigatório, o acompanhamento do aluno por professor da instituição de ensino, um orientador, e por profissional do quadro de empregados da empresa concedente, com formação ou experiência profissional em área de conhecimento do curso do estagiário, um supervisor, o que

reforça o caráter pedagógico dessa atividade, como afirma Machry (2014).

A integração entre a instituição de ensino e o campo de estágio é o preparo para o trabalho produtivo, que tem como grande desafio o intercâmbio entre teoria e prática, ressalta Machry (2014). Nessa atividade, o estudante experimenta situações de efetivo exercício profissional. Para o aluno, “um estágio oferece uma oportunidade de construir seu currículo de experiência de trabalho profissional, formar alianças e redes nas áreas de sua especialização, e compreender como o curso está preparando o aluno para entrar no seu campo escolhido” (BLANCHARD et al., 2013, p. 41, tradução nossa).

Essa aproximação com sua área de estudo muitas vezes permite sua inserção no mercado de trabalho e, sobretudo, contribui para a complementação da aprendizagem e para o desenvolvimento de sua carreira profissional. No entanto, essa ação deve estar alinhada ao projeto pedagógico do curso, uma vez que a legislação admite a possibilidade do estágio não obrigatório estender-se por até dois anos, o que significa tempo suficiente para influenciar fortemente na formação acadêmica.

Faz-se necessário e indispensável aos cursos considerar ações práticas, dentre elas o estágio, como fundamentais à construção do conhecimento pelo jovem futuro profissional.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo é uma pesquisa descritiva de natureza quantitativa e qualitativa, tendo sido a coleta de dados realizada por questionário online, anônimo, com perguntas objetivas e abertas. A escolha de pesquisa descritiva justifica-se pelo fato de estudar as características de um fenômeno e permitir o estabelecimento de relações entre variáveis, conforme explica Gil (2008). É de natureza quantitativa e qualitativa, pois adota a análise estatística descritiva para organizar, resumir e descrever os dados brutos coletados, com posterior análise qualitativa, estabelecendo relações entre as variáveis. Reforça a justificativa: “o conjunto de dados quantitativos e qualitativos, porém, não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia” (MINAYO, 2002, p. 22).

O modelo de comportamento informacional adotado para o estudo foi o Sense-making de Dervin (DERVIN; NILAN, 1986), com foco na identificação da lacuna e das estratégias para a construção de uma ponte para atingir a situação desejada de conhecimento sobre o estágio não obrigatório.

O campo de pesquisa foi a coordenação do curso de Pedagogia presencial do Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, campus central de Natal/RN, responsável por cerca de 800 alunos por semestre. Como representante da instituição de ensino perante os alunos de Pedagogia presencial, a coordenação de curso é que aprova o termo de compromisso de estágio, contrato que regula a atividade de estágio entre instituição de ensino, instituição concedente e seus estudantes.

Mais de 200 alunos do curso de Pedagogia presencial participam de estágio não obrigatório a cada ano. A coleta de dados teve como sujeitos esses alunos que estão em estágio não obrigatório ou que já concluíram seus contratos, totalizando um universo de 222 contratos de estágio não obrigatório registrados em 2016. Definiu-se uma amostra de 66 alunos, que representa 30% do universo. Pelo curto tempo para a pesquisa e por ser um estudo qualitativo, optou-se pela amostragem por conveniência, não probabilística, quando os critérios são definidos pela pesquisadora, que “[...] seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo” (GIL, 2008, p. 94). A divulgação contou com grupos formados por alunos em ambientes sociais digitais, e-mails e contatos pessoais. No entanto, como o período de respostas coincidiu com as férias escolares, houve retorno de 41 respostas ao questionário, que representa uma amostra de 18% do universo.

As bases de pesquisa utilizadas foram os bancos de dados eletrônicos da Capes, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD, Scielo e Google Acadêmico, tendo como principais palavras-chave: comportamento informacional, necessidades de informação, busca de informação, modelo Sense-Making, estágio, estágio remunerado, estágio não obrigatório.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A parte inicial do questionário buscou caracterizar a população participante da pesquisa. Os dados sociodemográficos coletados indicaram que 78% dos alunos respondentes estão na faixa etária de 21 a 30 anos. A pesquisa mostra que 44% dos alunos iniciam o estágio até o 2º semestre do curso, portanto, observa-se uma população jovem que ingressa no mercado profissional ainda com pouco conhecimento teórico sobre a profissão.

O predomínio foi de alunos do sexo feminino (68%). Em um curso historicamente de população feminina esse dado indica que os homens estão, não só cursando Pedagogia, como ingressando no mercado de trabalho docente por meio de estágio não obrigatório. A renda familiar está 75% na faixa até R\$ 3.000,00, o que permite inferir que o estágio não

obrigatório pode ser um reforço financeiro na renda familiar.

Os estudos de Dervin entendem o usuário como um indivíduo em movimento, que passa por experiências e reconstrução de significados (GARCIA, 2007; FERREIRA, 1995). Buscando identificar as necessidades de informação dos alunos na experiência com o estágio não obrigatório, que representam as lacunas de conhecimento que interrompem a trajetória do indivíduo no modelo Sense-Making, foi solicitado aos estudantes indicação de suas dúvidas no começo dessas atividades de estágio não obrigatório.

O questionário aceitou mais de uma resposta para a indicação das dúvidas, e o resultado aponta lacunas principalmente na definição dos papéis de cada uma das partes na atividade de estágio: instituição de ensino, instituição concedente e estudante.

Dúvidas com relação ao papel do orientador da UFRN somaram 56% das respostas, enquanto 49% de dúvidas nas atividades pertinentes ao próprio estagiário e 44% de dúvidas em relação ao papel do supervisor no local do estágio. Significativamente temos ainda 54% de dúvidas sobre férias, 39% referentes aos procedimentos para encerramento do estágio antes do término do contrato. Em menor frequência, aparecem dúvidas quanto ao tempo de permanência no mesmo local de estágio, ao termo de compromisso de estágio e a situações nas quais se pode encerrar o estágio. Somente 15% responderam que não tiveram dúvidas.

Perguntados se entregam o relatório a cada seis meses, conforme legislação do estágio, 66% responderam que não. Houve diversas justificativas, tais como: *nunca pediram, não sabia da necessidade, não recebi orientação de que deveria fazer relatório, passei tempo inferior a seis meses no estágio*. As respostas demonstram que desconhecem a exigência legal da elaboração do relatório, bem como, que a orientação que recebem não supre essa lacuna.

As lacunas surgem, como mostra a pesquisa, mas não podem paralisar os estudantes: precisam ser transpostas. Desse modo, identificadas as dúvidas, segundo o modelo Sense-Making o indivíduo é levado a fazer uso de uma ponte construída para transpor a lacuna com a qual se depara (DERVIN; NILAN, 1986). Visando ao entendimento de quais estratégias são adotadas pelos alunos para passar pelas lacunas e obter informações para a criação de novos sentidos, as respostas ao questionário, que podiam ser múltiplas, registraram o seguinte: 58% consultam colegas da UFRN, 56% utilizam a própria instituição onde fez o estágio como fonte de esclarecimentos, 44% utilizam a Coordenação do curso e, com mesmo percentual está a internet. Em 19% citaram o professor orientador acadêmico de sua turma e 15% as redes sociais. Outros 5%

disseram ter consultado o portal da UFRN e amigos. Nenhum aluno apontou professores da UFRN (orientador acadêmico era um outro item isolado) ou família como fontes de esclarecimento, embora figurassem na lista de opções do questionário.

Os dados demonstram que a UFRN não é a primeira opção para suprir as lacunas de informações sobre o estágio. Importante destacar que nenhum aluno respondeu que tenha esclarecido suas dúvidas com professores da UFRN. Assim, percebe-se que os alunos não associam o corpo docente a uma fonte de informações para questões referentes ao estágio não obrigatório, exceto seu orientador acadêmico.

Perguntados, em resposta aberta, sobre qual das fontes utilizadas foi mais eficiente, a maioria das respostas apontou colegas da UFRN, indicando que, para os alunos, os colegas são fontes de esclarecimento de dúvidas mais eficientes que qualquer outro canal institucional. Em seguida aparecem a coordenação do curso e internet como estratégias eficientes de suprir as lacunas de informações. Embora 55% tenham buscado informações na instituição concedente do estágio, outras fontes foram consideradas mais eficientes para o esclarecimento das dúvidas.

Com objetivo de fortalecer o canal institucional, para finalizar a pesquisa os alunos podiam deixar sugestões de como a coordenação do curso poderia contribuir para os esclarecimentos em questões relacionadas ao estágio não obrigatório. O retorno foi significativo, com mais de 50% dos respondentes deixando alguma sugestão, o que demonstra o interesse dos alunos em melhorar os canais de comunicação da coordenação que os representa. As principais sugestões estão resumidas nos itens abaixo:

- Oficinas de orientação no começo do semestre, principalmente para os alunos ingressantes, antes mesmo de pensar em participar de um estágio, orientando quais são as atividades do estagiário que realmente contribuem para a formação, evitando tão somente mão de obra barata.
- Manter material sobre estágio disponível no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas - SIGAA e no bloco de aulas.
- Aproximação com as escolas e verificação se essas escolas cumprem as atividades permitidas ao estagiário.
- Explicar a elaboração do relatório semestral.

Constata-se na pesquisa que o comportamento informacional dos alunos está associado à falta de conhecimento em relação a alguns aspectos do estágio não obrigatório, não sendo identificadas influências de variáveis demográficas, confirmando afirmações de Araújo (2014).

Retomando a metáfora do modelo Sense-Making, situação-lacuna-uso (DERVIN; NILAN, 1986), constata-se que a situação de estágio não obrigatório, de acordo com a pesquisa, representa uma condição de descontinuidade no caminho dos alunos. Os resultados obtidos na pesquisa expõem as lacunas e as fontes adotadas pelos alunos para construir a ponte, e usá-las para dar continuidade à trajetória na atividade de estágio não obrigatório.

A partir disso, destaca-se aqui um desafio, pois, se por um lado a instituição de ensino ou seu corpo docente não figuram como primeiras opções para suprir as lacunas, por outro lado, os mesmos alunos evidenciam, com as sugestões apresentadas, o interesse em fontes de informações institucionais. Contudo, este estudo pode contribuir para a estruturação de trabalhos e criação de canais de informação com os alunos que antecipe dúvidas e incertezas dos estagiários ao ingressarem na atividade de estágio não obrigatório.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa registra, a partir da perspectiva do usuário, as necessidades de informação comuns aos alunos de Pedagogia presencial que participam de atividades de estágio não obrigatório, bem como as estratégias para suprir essas lacunas, o que não havia sido documentado até o momento na coordenação de curso estudada. Portanto, os objetivos de analisar o comportamento informacional dos alunos de Pedagogia presencial foram atingidos, tendo sido identificadas as dúvidas dos alunos sobre o estágio não obrigatório e apontadas fontes utilizadas por esses alunos para buscar as informações que necessitam.

A coordenação do curso de Pedagogia presencial ao autorizar que os estudantes tenham a oportunidade de prática docente por meio do estágio não obrigatório, assume, como representante da instituição de ensino, a responsabilidade de resguardar o papel pedagógico desta ação complementar na formação dos alunos. Essa demanda da coordenação torna-se ainda mais importante pela constatação de que os alunos ingressam nessa atividade no início do curso, o que aumenta a influência da atividade durante grande parte do processo de formação.

Diante desse cenário e das sugestões apresentadas na pesquisa, no intuito de fortalecer a relação institucional com seus alunos, sugere-se que a coordenação do curso reforce a disponibilidade de informações aos estudantes. Nesse sentido, propõe-se a elaboração de um material informacional eletrônico, específico da coordenação, distribuído no início dos semestres e disponível nos canais de contato com os alunos. Informados, os alunos

podem viver a experiência de estágio não obrigatório com menos incertezas, favorecendo as relações com as instituições concedentes.

Novas pesquisas podem ser propostas a partir deste trabalho. Estudos específicos nas instituições concedentes, bem como com alunos de Pedagogia à distância, poderiam contribuir com a identificação de outras dúvidas que permeiam a atividade e novas perspectivas de estratégias de suprir as lacunas no estágio não obrigatório.

INFORMATIONAL BEHAVIOR OF PEDAGOGY STUDENTS:
information need and seeking on non-compulsory internship

ABSTRACT: The non-compulsory internship is an activity that is part of the professional training of many students who choose to enter the job market even during their academic training. This article aimed to analyze the informational behavior of students of Classroom Pedagogy, evidencing the information need about the non - obligatory internship and the search sources used. It is a descriptive research, of a quantitative and qualitative nature, and the data collection was done by questionnaire applied to students who participated in a non-compulsory internship. The analysis of the material was by descriptive statistics, with subsequent analysis of the data collected, based on the informational behavior model Sense-Making by Brenda Dervin. It was found that the information gaps, for the most part, are focused on the lack of knowledge of the roles of Universidade Federal do Rio Grande do Norte supervisors, supervisors in the field of internships, and activities related to trainees. The strategies to fill the gaps, considered more efficient were the colleagues and the Coordination of the Course. The results point out the importance of strengthening an institutional information channel with students to clarify the subject.

KEYWORDS: Information need. Information seeking. Non-compulsory internship. Pedagogy.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO. C. A. A. Fundamentos da Ciência da Informação: correntes teóricas e o conceito de informação. **Perspectivas em gestão & conhecimento**. 2014. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pgc/article/view/19120>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

BLANCHARD, D. et al. The Value of an Internship Experience for Early Career Geographers. In: SOLEM, M.; FOOTE K.; MONK J. **Practicing Geography: Carrers for Enhancing Society and the Environment**. USA: 2013. Disponível em: <<http://www.csun.edu/sites/default/files/internship-book-chapter-Final-Chapter-Copy-Practicing-Geography-2013.pdf>> Acesso em: 05 jan. 2017.

BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: [s.n.], 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em: 05 jan. 2017.

BRASIL. **Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Lei do Estágio. Brasília: [s.n.], 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm>. Acesso em: 05 jan. 2017.

DERVIN, B.; NILAN, M. Information needs and uses. **Annual Review of Information Science and Technology**. New York, v. 21, p. 03-33, 1986. Disponível em: <<https://comminfo.rutgers.edu/~tefko/Courses/612/Articles/zennezdervinnilan86arist.pdf>> Acesso em: 11 jan. 2017.

FERREIRA, Sueli Mara S. P. **Redes eletrônicas e necessidades de informação**: abordagem do Sense-Making para estudo de comportamento de usuários do Instituto de Física da USP. 1995. 215f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/14209/1/Tese_Sueli_Mara_Soares_Pinto_Ferreira.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Estudos de usos e usuários da informação**. Brasília: IBICT, 1994.

GARCIA, Rodrigo Moreira. **Modelos de comportamento de busca de informação**: contribuições para a Organização da Informação. 2007. 139f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília. 2007. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/garcia_rm_me_mar.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2017.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias; COSTA, Sely Maria de Souza. Evolução teórico-metodológica dos estudos de comportamento informacional de usuários. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 39 n. 1, p. 21-32, jan./abr. 2010. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1285/1463>>. Acesso

em: 09 jan. 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MACHRY, Maricéia. **Estágio não obrigatório**: gestão de seu acompanhamento no ensino superior. 2014. 123f. Dissertação (Mestrado em Gestão Educacional) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/4001/Maric%C3%A9ia%20Machry.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 06 jan. 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

OLIVEIRA, Etienne Siqueira de. **O comportamento informacional de pós-graduandos de engenharia**: estudo sobre a influência da personalidade. 2013. 192f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2013. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/oliveira_es_me_mar.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2017.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores**: unidade teoria e prática? 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Armando Malheiro da. Gestão da informação e gestão do conhecimento!?!... Contributo para um debate mais fecundo e completo. 2012. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE ESTRATÉGIA EM GESTÃO, EDUCAÇÃO E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, CIEGESI, 1., 2012, Goiânia. **Anais...** Goiânia, 2012. p. 60-100. Disponível em: <<http://www.anais.ueg.br/index.php/ciegesi/article/view/1524/898>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda. Prática profissional e o ensino/investigação em Ciência da Informação através do conceito operatório de paradigma. 2011. In: ENCUENTRO IBÉRICO EDICIC, 5, 2011, Badajoz. **Anais...** Badajoz: Asociación de Educación e Investigación en Bibliotecología, Archivología, Ciencia de la Información y Documentación de Iberoamérica y el Caribe, 2011, p. 17-19. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/23083/1/A%20opr%C3%A1tica%20profissional%20e%20o%20ensino%20investiga%C3%A7%C3%A3o%20em%20Ci%C3%Aancia%20da%20Informa%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2017.

TERUEL, Aurora Gonzales. **Los estudios de necesidades y usos de la información:** fundamentos y perspectivas actuales. Gijón: Trea, 2005.

UNIVERSIDADE DO PORTO. **DeltCi** – Dicionário Eletrônico de Terminologia em Ciência da Informação. Porto: Universidade do Porto, 2014. Disponível em: <<https://paginas.fe.up.pt/~lci/index.php/1668>>. Acesso em: 09 jan. 2017.

WILSON, T. D. On user studies and information needs. **Journal of Documentation**, v. 37, n. 1, p. 3-15. 1981. Disponível em: <<http://www.informationr.net/tdw/publ/papers/1981infoneeds.html>>. Acesso em: 12 jan. 2017.